



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

Com o título “Lixo, ratos e seringas: monumento nacional onde estudavam as meninas de Odivelas está ao abandono”, a revista Visão publica no seu site uma notícia onde se refere:

- «Relatos e fotografias mostram como o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, onde foi sepultado o rei D. Dinis, se encontra "totalmente degradado" [...]»;
- «Telhas e azulejos partidos, lixo amontoado, tetos interiores destruídos, dossiês e cabos espalhados pelo chão, gatos e ratos em disputa territorial, vestígios de atividade suspeita: seringas e um fogão de campismo indiciam a presença de toxicodependentes»;

Desde a transferência do Instituto de Odivelas para as instalações do Colégio Militar, em 2015, que a Câmara Municipal de Odivelas mostrou interesse em ficar com o espaço, mas, de acordo com a Visão, «o processo arrasta-se há dois anos em burocracias, envolvendo os ministérios da Defesa e das Finanças, de um lado, e a autarquia, do outro».

A notícia dá também conta de que:

- «Em julho de 2017, num despacho assinado pelos secretários de Estado do Tesouro e da Defesa Nacional e publicado em Diário da República, o Estado determinou a “autorização de cedência de utilização” do mosteiro ao município de Odivelas, “com vista à sua requalificação e adaptação para instalação de serviços municipais e outros de utilidade pública”. Em troca, a Câmara comprometia-se a realizar um “investimento de 16 milhões de euros + IVA” em obras de recuperação e ao “pagamento de uma renda mensal de 23 mil euros”»;
- «Sete meses depois, a autarquia recusa qualquer responsabilidade na gestão do edifício e no seu estado de conservação, alegando que o processo de cedência “não se encontra concluído”. No passado dia 8 de fevereiro, “o Executivo Municipal aprovou os termos da cedência”, mas

falta o sim da Assembleia Municipal e do Tribunal de Contas, dado o investimento em causa»;

- «Confrontado com as denúncias, o Ministério da Defesa Nacional, a quem pertence o edifício classificado como monumento nacional desde 1910, admite que a cedência do espaço à Câmara Municipal de Odivelas ainda não está finalizada e que, “até se proceder à entrega, a manutenção e limpeza do espaço está a cargo da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional”».

Na resposta à Pergunta n.º 1371/XIII/2.ª, de 11 de novembro de 2016, do CDS-PP, dirigida a V. Exa., afirma-se que, e citamos, «a considerável dimensão do Mosteiro de Odivelas e instalações anexas determina que a melhor forma de conservação será uma continuada utilização dos espaços. Neste quadro o MDN tem conhecimento do projeto apresentado pela Câmara Municipal de Odivelas e concorda na preferência de uma utilização pública do Mosteiro, proporcionando o seu usufruto pela população local».

Na notícia acima referida, refere-se ainda que «a VISÃO também contactou, na sexta-feira, 23 de fevereiro, o Ministério das Finanças, responsável pela operação de cedência do mosteiro à Câmara, mas ainda não obteve resposta».

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro da Defesa Nacional, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Tem V. Exa. conhecimento do estado de degradação e abandono em que se encontra o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, em Odivelas?

2- Com que periodicidade é que a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional faz vistorias ao local? Com que consequências?

3- Tendo já manifestado a concordância com os projetos da Autarquia para o local, qual o motivo do atraso na concretização do protocolo assinado com a Câmara Municipal de Odivelas, e já devidamente autorizado pelo Ministério que V. Exa. tutela, com vista à requalificação e adaptação para instalação de serviços municipais e outros de utilidade pública do edificado do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo?

Palácio de São Bento, 5 de março de 2018

Deputado(a)s

ANA RITA BESSA(CDS-PP)

JOÃO REBELO(CDS-PP)

ISABEL GALRIÇA NETO(CDS-PP)

Deputado(a)s

FILIFE LOBO D' ÁVILA(CDS-PP)

FILIFE ANACORETA CORREIA(CDS-PP)

TERESA CAEIRO(CDS-PP)

VÂNIA DIAS DA SILVA(CDS-PP)